

PROCESSO	- A.I. Nº 060624.0014/00-3
RECORRENTE	- NILZA ALMEIDA PINTO
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO INOMINADO (IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO)
ORIGEM	- INFAZ BROTAS
INTERNET	- 19.02.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0037-12/02

EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA. Recurso Inominado interposto contra a autoridade que determinou o arquivamento da também intempestiva Impugnação, por ter sido apresentada fora do prazo legal. Confirmada a intempestividade da Impugnação. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão por maioria.

RELATÓRIO

Trata-se de Impugnação ao Arquivamento de defesa apresentado contra despacho do órgão preparador, que, com fulcro no art. 10, §1º, I, do RPAF/99, não conheceu do Recurso interposto pelo autuado e remeteu o PAF à Secretaria do CONSEF para as devidas providências, com vistas ao disposto no art. 125 do citado regulamento.

A PROFAZ se manifestou nos autos, entendendo que o autuado não traz argumentos capazes de elidir a intempestividade, pois o RPAF/99 estabelece que os prazos processuais são corridos e peremptórios, não havendo razões para suspensão. Os argumentos quanto ao cumprimento regular das obrigações fiscais e quanto a falta de auxílio do contador não produzem efeitos nesse caso.

VOTO

De fato, o recorrente não apresenta qualquer justificativa que possa resultar em conhecimento do Recurso Inominado, o qual, realmente, é intempestivo, situação esta reconhecida pelo próprio autuado em seu Recurso.

Desta maneira, o despacho do órgão preparador está correto, por estar respaldado em norma regulamentar vigente, e, nesta condição, voto pelo CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO do Recurso.

VOTO DISCORDANTE

Com a *devida venia*, discordo da manifestação da PROFAZ e dos demais membros que compõem esta Colenda Câmara, que Conheceu o Recurso e Negou Provimento ao mesmo, pelas razões que passo a expor:

- 1) Da análise nas peças que compõem o processo, constato que o sujeito passivo ingressou como Pedido de Impugnação ao Arquivamento de defesa, em face da intempestividade, após transcorrido quase 60 dias, quando a legislação processual estabelece o prazo de 10 dias para que o contribuinte ingresse com a impugnação, consoante a dicção do art. 173 e Parágrafo único.

- 2) Na inteligência do art. 169 do RPAF/99, estão elencados os Recursos cabíveis no processo administrativo fiscal, e não estabelece a hipótese de Recurso contra o despacho que não acatou o Pedido de Impugnação, face à sua intempestividade;
- 3) De acordo com o Princípio da Taxatividade, a parte inconformada com a decisão só pode utilizar os Recursos previstos na legislação. É defeso o uso de Recurso ou expediente inexistentes na legislação processual.
- 4) Respalhando-se em outro Princípio que norteia a doutrina dos Recursos, o da Singularidade, também denominado de Unicidade, considera que para cada decisão seja atacada apenas por um Recurso, qual seja, aquele previsto na legislação como adequado para impugnar a decisão que gerou o inconformismo.

Assim, considero que o autuado, tendo perdido o prazo de impugnar o arquivamento da defesa, que fora considerada intempestiva, incorreu em desídia, ao deixar transcorrer o prazo decendial para apresentar o seu Pedido de Impugnação, e não pode ser contemplado com a apreciação de um outro Recurso que denominou-se de Inominado, por faltar os requisito de admissibilidade.

Ademais, não vislumbro a possibilidade de aplicar o Princípio da Fungibilidade dos Recursos, para que possa ser acolhido o presente Recurso, uma vez que o mesmo representa um segundo pedido de Impugnação ao Arquivamento da Defesa, e nesta hipótese, conforme dispõe o inciso II do art. 173 do RPAF/99, não se tomará conhecimento do Recurso que for interposto pela segunda vez, no mesmo processo, exceto se a decisão do primeiro pedido houver versado exclusivamente sobre preliminar.

Por todo o acima exposto, restando demonstrado o não cabimento do Recurso, entendo que a prolação do *decisum* é pelo NÃO CONHECIMENTO do mesmo.

Ressalto que no caso em exame, poderá no controle da legalidade realizado pela PROFAZ, serem analisadas as razões de defesa do autuado, acerca do mérito.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão por maioria, **NÃO PROVER** o Recurso Inominado apresentado, relativo ao Auto de Infração nº 060624.0014/00-3, lavrado contra **NILZA ALMEIDA PINTO**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$17.179,87**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de janeiro de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

JOSÉ HILTON DE SOUZA CRUZ - RELATOR

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS - VOTO DISCORDANTE

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO – REPR. DA PROFAZ